

**AFONSO, RAQUEL**  
***HOMOSSEXUALIDADE E RESISTÊNCIA NO ESTADO NOVO***  
**Ourém: Lua Elétrica, 2019, 256 pp.**

Ana Bessa Carvalho\*  
anacarvalho@ilch.uminho.pt

“Mário” é um monólogo de Fernando Heitor que estreou em agosto de 2019, cerca de setenta anos depois das primeiras perseguições e condenações a Valentim de Barros, um bailarino homossexual que viveu durante o Estado Novo (em quem o Mário da peça é baseado). Durante grande parte da sua vida, Valentim foi perseguido, diagnosticado com diversas patologias (os nomes da época não permitem entender qual era a identidade sexual de Valentim, dada a confusão entre uma orientação sexual homossexual, uma identidade transgénera ou até *crossdressing*) acabando por ser sujeito a uma lobotomia que lhe foi, assim como todos os outros tratamentos, imposta por um estado e um discurso médico marcadamente heteronormativos e patriarcais, morrendo no Hospital Miguel Bombarda, onde ‘viveu’ durante anos a fio. A vida de Valentim de Barros, e a peça nele inspirada, parecem querer servir o propósito de um ato de recuperar uma memória à margem, ao lembrar que as vidas homossexuais sempre existiram, mais ou menos silenciadas, mais ou menos clandestinas, e sempre espectrais. A história de Valentim de Barros é também recuperada por António Fernando Cascais, e também referida brevemente no livro que aqui é analisado, que descreve o caso de Valentim (e conseqüentemente, muitos mais casos de abuso de vidas LGBTQI+ por parte do regime), no livro *Hospital Miguel Bombarda: 1968*, como um “embaraço inultrapassável”. À semelhança de Valentim, muitas outros e outras foram certamente sujeitos a intervenções médicas, castigos físicos e outras ações punitivas. É assim que se constrói o que se assemelha a um processo arqueológico no livro de Afonso: resgatar memórias, colecionar relatos, documentar histórias alternativas e destinadas ao esquecimento e à rasura.

Se o silêncio era a única forma de expressão permitida para aquelas e aqueles contra o regime, o que dizer daquelas e daqueles cuja identidade sexual não normativa era uma ruptura direta com os valores nacionalistas nos quais o Estado Novo assentava: deus, pátria e, principalmente, família? Recentemente, o foco dos discursos sobre as ditaduras tem recaído para um muito necessário olhar sobre as identidades LGBTQI+ durante esses mesmos tempos castradores de todas as sexualidades, e certamente ainda mais severos com aquelas cujos padrões de comportamento escapavam ao espírito conservador e puritano da época. O que fazer e como resistir quando a nossa identidade é criminosa? Como desenhar uma identidade coletiva, partilhada e com sentido de comunidade que

---

\* Centro de Estudos Humanísticos (CEHUM) /Universidade do Minho, Braga, Portugal. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7022-7276>

resista de forma ativa à punição sexual num regime que proíbe a expressão individual e coletiva, assim como qualquer tipo de associação? Como descrever uma orientação sexual sem nome, num país sem referências para quem nasce e cresce gay? Quais os ecos dos interditos do Estado Novo nos anos que lhe seguiram?

Depois da publicação em 2010 do livro de São José Almeida, *Homossexuais no Estado Novo*, que oferecia testemunhos assim com um estudo das vidas dos homossexuais durante o Estado Novo, principalmente dos homens homossexuais, é agora publicado *Homossexualidade e Resistência no Estado Novo* por Raquel Afonso, resultante de uma tese em Antropologia pela FCSH da Universidade NOVA de Lisboa, com prefácio de Paula Godinho, onde o olhar recai, de novo, sobre testemunhos de quem viveu durante a ditadura escondido em “silêncios, zonas de refúgio, sombras” (Godinho *in* Afonso 2019, p. 11). O livro faz um breve mas muito relevante levantamento de outros trabalhos semelhantes, cada um com a suas idiossincrasias e preocupações, desde o género às práticas de repressão e até ao discurso médico, salientando o pouco trabalho ainda feito nesta área, talvez também resultante do que parece ser uma falta de documentos, e de o acesso aos poucos que existem ser difícil, para além do óbvio desinteresse por estas vidas ditas marginais, uma tendência que parece estar a ser contrariada por um (re)acordar para as questões de género e uma tentativa de reforçar a presença destes homens e mulheres na história, mais ou menos escondidos, remetidos para locais obscuros onde alguma liberdade sexual podia ser praticada sempre de forma fugaz. Afonso convoca vários estudos basilares sobre a (homos)sexualidade durante o Estado Novo para um enquadramento teórico sólido e plural que funciona como ponto de partida para entender os contornos da homossexualidade durante o Estado Novo à luz de uma matriz mais abrangente de censura e silenciamento, invisibilidade e redescoberta, anterior ao próprio Estado Novo que se sentia dentro e fora de Portugal.

Afonso divide o livro de forma eficaz em três partes que se articulam entre espaços, tempos e problemáticas: uma primeira parte que desenha a forma como a homossexualidade era percebida no Estado Novo, desde as práticas da polícia, leis, discursos médicos e padrões sexuais, assim como uma contextualização e história da homossexualidade enquanto crime e doença, uma revisão necessária para entender como esta é enquadrada durante o Estado Novo. Um segundo capítulo é dedicado ao privado, às vidas íntimas de quem tentava resistir às forças da ordem enquanto praticava a sexualidade que sabia ser a sua, assim como à censura que era sentida pelas pessoas homossexuais por parte não do estado mas daqueles que faziam parte dos seus *milieux*, numa demonstração clara da forma como discursos oficiais e políticos repressores instigam a mesma intolerância naqueles e naquelas que os consomem:

Não tenho palavras para exprimir o olhar que a sociedade em geral tinha da homossexualidade... E da sexualidade! (...) Reprimida como estava política e socialmente, reprimida como era religiosamente pela igreja, não tinha outros padrões para poder ver se outra forma. [“Joaquim”, 19/dezembro/2017] (Afonso 2019, p. 66)

Um terceiro capítulo analisa os ecos do Estado Novo, a revolução de abril e as mudanças (ou a lentidão destas) no que toca às vidas LGBTQTI+ depois da queda do

regime, onde os ventos de mudança augurados não foram sentidos por todos e todas. Apesar de se terem registado manifestos, manifestações e demonstrações de apoio a uma causa LGBTQI+ *avant la lettre*, ainda demoraríamos a ver um movimento de apoio público à comunidade, assim como a efetiva mudança de leis de proteção e igualdade:

(...) tanto o processo revolucionário pós-1974 como o início da chamada normalização democrática omitiram ou desprezaram as questões relacionadas com a igualdade em termos de orientação sexual e igualdade de género. (Vale de Almeida *in* Afonso 2019, p. 206)

O policiamento constante do Estado Novo das vidas de cada um estendia-se ao espaço privado da casa: os atos eram punidos, as pessoas, diagnosticadas, quando se considerava a homossexualidade como doença, ou condenadas, quando esta orientação sexual era um crime. No segundo capítulo do livro é dada relevância ao espaço público onde pessoas homossexuais podiam, com medo, cautela e secretismo, encontrar-se; os urinóis públicos, os jardins e os bares gay, constantes alvos de rusgas e cujos nomes eram codificados nas conversas para que não fossem reconhecidos por possíveis denunciadores ou pela polícia, eram espaços de resistência, pequenas utopias *queer*, à semelhança de Stonewall, Pulse e outros espaços (in)seguros onde a prática sexual ou apenas o reconhecimento de um outro como alguém que partilhava a mesma sexualidade surgem como atos de resistência ao medo constante e à omnipresença da repressão e “[e]mbora fosse uma liberdade condicionada, eram espaços de liberdade.” [“Joaquim”, 11/janeiro/2018]” (Afonso 2019, p. 179).

No entanto, estes espaços eram predominantemente, se não exclusivamente, destinados a homens, e os testemunhos de mulheres presentes no livro indicam a falta de espaços para lésbicas; é ainda relevante indicar que estes espaços estavam concentrados nas cidades, principalmente em Lisboa, sendo a articulação entre homossexualidade e ruralidade um eixo menosprezado e a trabalhar dentro dos estudos da homossexualidade. Segundo São José Almeida e reforçado por Afonso, as mulheres ‘beneficiavam’ de uma invisibilidade enquanto agente sexual que lhes permitia uma liberdade moderada no que toca a relações lésbicas, ao passarem quase despercebidas na rua mesmo quando demonstrando afeto: se a mulher não existe como ser sexual, certamente não existirá como ser sexual não normativo. Uma das entrevistadas do livro de Afonso refere a diferença de tratamento dada a homens e mulheres homossexuais, ao referir o caso de duas mulheres que mantinham uma relação amorosa, Fernanda Paiva Tomás e Maria Julieta Grandra, detidas por estarem associadas ao PCP; Júlio de Melo Fogaça, preso pela mesma associação ao partido, é também incriminado de práticas homossexuais, algo que não está presente nos ficheiros das mulheres que estão guardados na Torre do Tombo, revelando o que Afonso descreve como uma certa ignorância face ao lesbianismo, o que não surge como surpresa se entendermos a ignorância que se fazia sentir face à sexualidade feminina em geral. Segundo os testemunhos presentes no livro, os homens homossexuais eram tratados de forma mais dura, quer socialmente quer legalmente, do que as mulheres, talvez resultado da matriz patriarcal na qual a homossexualidade é concebida como conceito, onde o homem e a masculinidade funcionam como medida para o comportamento sexual, definindo também formas de se ser homem; ser

homossexual é feminino, redutor, uma falha na masculinidade. Tendo em conta este tratamento distinto baseado no género, parece necessário dedicar outros estudos aos casos das mulheres homossexuais durante este período, dado que os nomes de mulheres ainda surgem, na maior parte dos estudos, de forma mais esporádica, talvez pela falta de documentação sobre as mesmas, talvez pelo domínio ainda masculino dentro dos próprios estudos LGBTQI+.

É ainda de salientar a ambiguidade que é concedida àqueles e àquelas que, pertencendo a uma classe superior, e desde que em silêncio e nunca em espaço público, podiam expressar a sua sexualidade de forma mais ou menos livre, numa tradição do não-dito que parece ainda pautar muitos dos discursos sobre a (homos)sexualidade; recuperando o trabalho de São José Almeida, Afonso refere os casos de homens e mulheres que pertenciam a grupos privilegiados e meios artísticos cuja identidade sexual, não sendo pública, também não era completamente secreta, apenas ignorada, salientando assim o cariz ambíguo de um regime cujas regras de conduta parecem plásticas e moldadas de acordo com o indivíduo que se pretende ou punir ou deixar impune. É assim crucial não só entender que as questões levantadas por Afonso e outros estudos semelhantes devem assumir uma abordagem interseccional, onde classe, género e outras categorias identitárias são lidas como aspetos constituintes e inseparáveis da mesma identidade, mas também que falar de homossexualidade é também falar de classe, género e outras categorias e ainda de uma história comum a todas as sexualidades e identidades sexuais, normativas ou alternativas, punidas ou celebradas. O “Mário” da peça sobre Valentim de Barros, a quem nunca foi permitido falar, encontra ecos em “Carlos”, “Clara”, “Alice” e “Pedro” que, através do testemunho direto e desta reclamação de uma voz para si mesmos, concedem ao livro de Afonso uma outra dimensão de humanidade e um vislumbre das múltiplas possibilidades da experiência homossexual; em todos e todas encontramos o medo da rejeição e das sanções do estado, o silêncio, a falta de modelos positivos coletivos, a incapacidade de articular o desejo, ou até o sentimento de não conhecer uma palavra que descrevesse a sua identidade.

Assumir um identidade *gay* ou *queer* numa ditadura é escapar da matriz heteronormativa, ao mesmo tempo que se reage contra as convenções redutoras que foram impostas a todas as sexualidades durante este tempo de silêncios e sombras mas também de resistência. O livro de Raquel Afonso é um contributo muito valioso para um estudo ainda incipiente sobre identidades e comunidades LGBTQI+ em Portugal, e mais reduzido ainda se o foco recair sobre os negros anos do fascismo e ainda mais menosprezado quando falamos da homossexualidade feminina. Para além de um urgente estudo sobre as mulheres lésbicas, bissexuais, transgéneras e outras identidades e orientações, estudos futuros podem ainda olhar para o que São José Almeida e Eduardo Pitta descrevem como um terreno de libertação e experimentação sexual, também marcado por casos de sanções, processos disciplinares e julgamentos como eram os espaços (naturalmente homoeróticos) da guerra colonial. Ainda assim, pensar que a homofobia e a transfobia terminaram com o Estado Novo seria inocente e até irresponsável; o silêncio, a invisibilidade (ou hipervisibilidade nos casos de crimes de ódio) que ainda se sentem hoje mostram que a herança ditatorial, os seus preconceitos e interditos ainda ecoam. O 25 de abril de 1974 ainda estava muito distante de outras datas

marcantes e cruciais para as comunidades LGBTQI+; são estudos como o de Afonso que permitem mais revoluções, fundamentais para a construção de uma identidade coletiva múltipla e de uma história plural.

### **Referências**

- Afonso, R. (2019). *Homossexualidade e Resistência no Estado Novo*. Ourém: Lua Elétrica.
- Almeida, S. J. (2010). *Homossexuais no Estado Novo*. Lisboa: Sextante Editora.
- Fontes, J. (2016). *Hospital Miguel Bombarda: 1968*. Lisboa: Documenta.

[recebido em 2 de fevereiro de 2020 e aceite para publicação em 11 de maio de 2020]